

CABO VERDE: GEOPOLÍTICA E PROJEÇÃO DE UM PEQUENO ESTADO INSULAR NA ÁFRICA OCIDENTAL

João Paulo Madeira¹

Introdução

Um grupo de investigadores procura compreender a geopolítica de Cabo Verde no contexto internacional, particularmente na região da África Ocidental. Duarte (2004), Tolentino (2007), Fernandes (2008), Rocha (2008), Gomes (2009) e Costa (2011) realçam a importância de Cabo Verde como pequeno Estado insular e aprofundam o estudo da relação deste país com os demais Estados da África Ocidental nomeadamente: Benim, Burkina Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo. Estes autores versam sobre os mecanismos e processos de integração regional de Cabo Verde na Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO). A dimensão territorial (4033 km²) e populacional (500.000 habitantes) do arquipélago, a sua fisionomia e a relevância nas tomadas de decisão a nível mundial coloca Cabo Verde na categoria dos pequenos Estados e, ao mesmo tempo, dos pequenos Estados insulares (Shlapentokh 2012). Desde a independência em 1975, o país, além de insular e periférico, depara-se com enormes desafios no plano regional e internacional. A assinatura do Tratado Constitutivo para a integração de Cabo Verde no âmbito da CEDEAO aconteceu em 1977, apenas dois anos após a sua independência (Reis 2008). O arquipélago encontra-se inserido numa região com aproximadamente duzentos e sessenta e dois milhões de habitantes e é aquela que apresenta a menor dimensão territorial e

1 Doutor em Ciências Sociais (Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa – ISCSP-UL). Professor auxiliar no Departamento de Ciências Sociais e Humanas (DCSH) – Universidade de Cabo Verde (Uni-CV). Investigador do Centro de Administração e Políticas Públicas (CAPP-ISCSP-UL) e do Laboratório de Pesquisa em Ciências Sociais (LPCS-Uni-CV). Email: joao.madeira@docente.unicv.edu.cv

populacional em relação à massa continental da CEDEAO (Rocha 2008).

Tem-se vindo a questionar a integração de Cabo Verde na CEDEAO, especialmente no que se refere aos benefícios e desafios que esta integração poderia trazer para o arquipélago. Os debates centram-se essencialmente nas questões políticas e económicas e no aprofundamento da paz e da segurança na região. Estes debates reacenderam em Maio de 2015 com a candidatura à presidência do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) por parte da Ministra cabo-verdiana das Finanças e do Planeamento, Cristina Duarte que, apesar da derrota, conseguiu angariar um importante apoio por parte dos eleitores não-continentais em relação aos seus concorrentes diretos. Contudo, alega-se que um dos fatores fundamentais para a derrota esteja intrinsecamente relacionado com a fraca participação de Cabo Verde no contexto africano. Desta forma, partimos do pressuposto central de que Cabo Verde necessita de se centrar na geopolítica da África Ocidental de modo a que os seus interesses de natureza socioeconómica possam ser efetivamente realizados. É igualmente importante para a sua projeção regional e internacional perceber que, apesar da sua insularidade e reduzida dimensão territorial, Cabo Verde tem-se afirmado como um Estado modelo em relação aos seus congéneres africanos, pelo facto de este país cultivar os princípios de democracia e de boa governação.

A geopolítica como método de interpretação da dinâmica dos fenómenos políticos na sua realidade espacial (Castro 1961; Gallois 1990) permite que os pequenos Estados insulares como Cabo Verde possam efetivamente apostar numa visão de desenvolvimento que privilegia, acima de tudo, a segurança, a paz e a defesa do território nacional. Cabo Verde, pela sua realidade geográfica, necessita de se promover no contexto da África Ocidental e procurar, através da sua posição geoestratégica, um estatuto especial, como se tem propalado nos últimos anos. Alguns investigadores como Taglioni (2003), Bouchard (2004) e Baldacchino (2007) apontam e afirmam que existem impactos económicos significativos resultantes da insularidade dos pequenos Estados.

Cabo Verde deve aproveitar esta tendência e reafirmar uma geopolítica de notoriedade na África Ocidental, revertendo as fragilidades que normalmente são apontadas aos pequenos Estados insulares como a dimensão territorial que não ultrapassa os 5.000 km² e a dimensão populacional que não excede os 0,5 milhões. Existe todo um esforço desenvolvido por parte de decisores políticos e parceiros no sentido de potenciar e projetar o arquipélago no plano internacional, procurando ganhar cada vez mais relevância e notoriedade numa região abalada por fenómenos como o terrorismo, a ameaça à paz, à segurança e à estabilidade com especial realce para a ameaça do Estado

islâmico.

Procuramos neste artigo reflectir sobre algumas questões centrais tais como: se Cabo Verde deverá em função da sua posição geoestratégica no Atlântico, apesar da crise financeira internacional, apostar no continente e nas suas respectivas economias emergentes no sentido de potenciar o desenvolvimento socioeconómico; se o arquipélago deverá apostar em novos sectores, transformando-os numa plataforma de prestação de serviços e fornecedor de mão-de-obra especializada e, desta forma, reforçar a sua integração regional. Se sim, que aspectos devem prevalecer no reforço da geopolítica deste pequeno Estado insular no continente africano?

Para responder estas questões, nos ancoramos no método qualitativo, nomeadamente na abordagem interpretativa e na revisão da literatura. Cremos que existe uma necessidade urgente em analisar e interpretar para posteriormente explicar e compreender a configuração da geopolítica de Cabo Verde no contexto da África Ocidental numa conjuntura internacional abalada pela crise económica e financeira. Da iminência com a questão da originalidade em tratar a problemática da geopolítica de Cabo Verde na região da África Ocidental, consideramos que o presente artigo constitui um valor acrescentado para este campo de estudo. Num contexto onde se verifica uma necessidade urgente de se aprofundar o estudo a respeito da geopolítica cabo-verdiana na África Ocidental, torna-se imprescindível analisar um conjunto de aspectos sociais, geográficos, políticos e económicos que moldam o campo da geopolítica. Devido à sua insularidade, Cabo Verde necessita de apostar numa geopolítica que confere uma estabilidade e proteção perante as vulnerabilidades do seu território. A segurança do arquipélago deve ser uma das prioridades nacionais no atual sistema abalado pela instabilidade vivida nesta sub-região. Cabo Verde precisa aproveitar a imagem de país estável a nível económico, político e social no continente africano, que tem vindo a conquistar desde a independência, para a sua projeção.

A Geopolítica e os Pequenos Estados

A geopolítica tem vindo a afirmar-se como uma disciplina científica que combina factores geográficos com os fenómenos políticos. O termo geopolítica foi utilizado pela primeira vez pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén que se apoiou na obra *Politische Geographie* (Geografia Política) (1897) de Friedrich Ratzel, para defender uma visão organicista da geografia, em que o Estado se assemelha a um organismo biológico em constante expansão. Ou seja, os Estados obedecem “ao categórico imperativo de expandir seu espaço,

seja por colonização, amalgamação ou conquista” (Costa 2008, 57). Embora a geopolítica tenha como objetivo mostrar que os processos e as diretrizes políticas não têm sentido fora dos seus respectivos quadros geográficos como, por exemplo, o território, a localização, os recursos naturais e o contingente populacional, o certo é que acaba por se caracterizar como um método que interpreta os fenómenos políticos na sua realidade espacial (Castro 1961). O processo de afirmação de geopolítica enquanto ciência não se apresenta tarefa fácil, uma vez que são apontados contra ela os factos e as justificações invocadas para as campanhas de expansão do regime nazi entre 1933-1945, que culminaram em verdadeiras tragédias para a humanidade. Desse modo, a geopolítica transformou-se numa ciência bastante criticada por influência das obras de Karl Haushofer, da *Escola Geopolítica de Munique* e da revista *Zeitschrift für Geopolitik* criada em 1924 (Mello 1999). Actualmente a geopolítica tem vindo a ganhar notoriedade entre especialistas de diferentes áreas desde políticos, investigadores, jornalistas, mas, sobretudo, analistas de política internacional que frequentemente usam o termo. Isso está relacionado com a influência de três fatores principais: o primeiro é que o discurso da geopolítica lida constantemente com questões de poder e de conflito no cenário internacional que atrai para a opinião pública uma especial atenção; o segundo deve-se ao facto de que a geopolítica parece explicar de forma coerente os fenómenos internacionais mais complexos, criando esquemas de análise e de interpretação, conferindo-lhes consistência na explicação de como um acontecimento que ocorre, pode influenciar ou ser influenciado por um processo muito mais vasto à escala mundial; o terceiro diz respeito aquilo que frequentemente se assemelha a uma espécie de discurso profético, uma vez que a geopolítica aponta e prevê a evolução mundial numa determinada direção ou sentido (Ó Tuathail 2006).

A geopolítica caracteriza-se por ser um campo de estudo autónomo que procura compreender de que forma a geografia interfere no comportamento político dos Estados e das sociedades. A geopolítica se diferencia da geografia política que apresenta uma visão sincrónica da realidade, enquanto isso, a geopolítica tenta apresentar uma visão diacrónica, fornecendo-lhe, simultaneamente significado, sentido e perspectiva (Nogueira 2011). Não se trata de uma simples concentração da geografia política, mas refere-se às disputas de poder no cenário internacional. É importante aqui perceber o conceito de poder para se compreender a concepção de geopolítica, na medida em que os Estados (detentores de espaços vitais) procuram, por intermédio dos meios materiais e políticos disponíveis impor a hegemonia no plano internacional. A geopolítica “abarca o conflito e a transformação, a evolução e a revolução, o ataque e a defesa, a dinâmica dos espaços terrestres e as forças políticas que

lutam nestes (espaços) para sobreviver” (Weigert 1943, 24).

Da infinidade de abordagens teórico-conceituais e de escolas de pensamento, sobretudo a partir da *Escola de Geopolítica Inglesa* fundada por Halford Mackinder, da *Escola Alemã* criada por Friedrich Ratzel, da *Escola Francesa de Geopolítica* constituída por Vidal de La Blanche e da *Escola Norte-americana de Geopolítica* instituída por Alfred Mahan, torna-se necessário ressaltar duas correntes teóricas fundamentais para se compreender o conceito de geopolítica. A primeira diz respeito à *teoria do Estado orgânico* que emerge a partir do darwinismo social e tem como principais teóricos Friedrich Ratzel e Rudolf Kjellen; a segunda corrente denominada *geoestratégia* baseia-se mais em fatos geográficos e políticos e tem como principais fundadores Alfred Mahan e Halford Mackinder (Céliériér 1969; Glassner 1993).

A primeira corrente *teoria do Estado orgânico* tem como principal precursor Friedrich Ratzel, tendo sido fortemente influenciada pelas descobertas de Charles Darwin e, por conseguinte, pela *teoria do darwinismo social*. O alemão Friedrich Ratzel, professor de Geografia em Leipzig, formado em biologia e química, na sua obra *Geografia Política* (1896) utilizou metáforas da biologia para compreender o Estado enquanto um organismo vivo. Neste sentido, Ratzel debruça-se acerca dos fundamentos que governam as relações entre o espaço geográfico (a terra) e os Estados, considerando que todas as atividades da sociedade e do Estado deveriam ser vistas sob o prisma dos seus verdadeiros fundamentos que se encontram na superfície da terra na perspectiva de que estes dependem diretamente do solo em que vivem (Weigert 1943). Rudolf Kjellen que foi discípulo de Ratzel segue a perspectiva do seu mestre, considerando na sua obra *O Estado como Manifestação da Vida* (1916) que a “geopolítica é o estudo do Estado como organismo geográfico, isto é, como fenómeno localizado em certo espaço da Terra, logo do Estado como país, como território, como região ou, mais caracteristicamente, como domínio político” (Santos 1993, 7). Kjellen realça a crescente necessidade de garantir espaços que seriam vitais para a sobrevivência dos Estados, ocasionando uma crescente competição entre eles, sendo que os maiores e os mais fortes teriam mais probabilidades de sobreviver, pelo fato de alargarem os seus poderes sobre os menores. A idéia central de Kjellen é a de que sobreviveriam apenas os Estados poderosos (Glassner 1993). Os Estados, para garantir a sua própria sobrevivência, necessitariam de espaço num processo crescente para que pudessem garantir e expandir as suas fronteiras, sendo, por vezes, necessário, recorrer ao fenómeno da guerra contra outros Estados.

A segunda corrente “geoestratégia” privilegia a análise do sistema de Estados, procurando encontrar modelos de comportamento que se adequam a este sistema com o objetivo de formular as melhores estratégias para as suas

ações. Alfred Mahan, almirante norte-americano, um dos mais importantes precursores desta corrente, desenvolveu a *Teoria do Poder Marítimo* tendo fornecido recomendações específicas para a política externa do seu país. Mahan considera que os EUA deveriam traçar como estratégia de sobrevivência, a hegemonia e o controle sobre o seu continente no sentido de impedir a expansão do Japão no Extremo Oriente e centrar-se, a médio prazo, nas questões marítimas (Glassner 1993). Deste modo, a *Teoria do Poder Marítimo* de Mahan “tornou-se a bíblia dos defensores do destino manifesto estadunidense e dos partidários da política de expansão do poderio naval norte-americano” (Mello 1999, 15). Halford Mackinder, geógrafo, outro importante teórico desta corrente, desenvolveu a teoria do poder terrestre, alertando para a importância de uma “região pivot” entre a Rússia e a Alemanha denominada de “coração continental” que seria o centro vital da Eurásia (massa terrestre que forma em conjunto a Europa e Ásia). Para Mackinder “quem governar a Europa de Leste, comanda o Heartland; quem governa o Heartland comanda a Ilha Mundo e quem governa a Ilha Mundo, controla o Mundo” (Glassner 1993, 226). Ou seja, quem conseguir dominar o “coração continental” dominará o “mundo”, visto ser uma região com inacessibilidade ao mar, protegida de eventuais ataques militares de potências marítimas.

Levando em consideração estas perspectivas é de realçar que a geopolítica está intrinsecamente relacionada com as configurações do poder geográfico dos Estados no cenário internacional. Cremos que quanto maior for o domínio geográfico de um Estado, apetrechado de condições materiais (poder militar e económico), maior é a sua influência no contexto internacional. Cremos ainda que os Estados precisam dispor de capacidades materiais e políticas para criar estratégias marítimas e territoriais com o objetivo de consubstanciar o poder a nível local, regional ou mundial. Poderemos aqui colocar a seguinte questão: como é que estas dimensões se aplicam aos pequenos Estados e nomeadamente aos insulares? Os pequenos Estados têm sido objeto de estudo pelas diferentes áreas do conhecimento, na medida em que evoluem no âmbito das relações internacionais nestas últimas décadas (Keohane 1969; Allouche 1994; Nye 2004; Neumann e Gstöhl 2006; Carlsnaes 2007; Gaspar 2007; Nunes 2007).

Contudo, não existe consenso quanto à definição de pequenos Estados (Henrikson 2001; Maass 2009). Existe um substancial desacordo sobre qual o tipo de critérios, quantificáveis ou qualitativos, que são mais adequados e capazes para caracterizar os pequenos Estados (Maass 2009). Poder-se-ão tratar do mesmo modo os recursos materiais, militares e científicos, do espaço territorial, do peso demográfico e dos factores institucionais, políticos e morais? Mensurar os três últimos fatores constitui uma tarefa bastante com-

plexa. Por exemplo, a União Soviética era uma grande potência, mas entrou em declínio na década de 90 do século XX e a Suíça por sua vez é um pequeno Estado, mas que demonstrou ser um Estado forte no centro da Europa pela posição político-diplomática assumida (Gaspar 2007). Neste quadro, a “diferença entre as grandes potências e os pequenos Estados deve ser feita, sobretudo, em função do meio geográfico e dos recursos humanos e materiais disponíveis” (Gaspar 2007, 114). A definição de pequeno Estado varia com base nos critérios que a entidade utiliza, os quais podem ser qualitativos (características físicas e geográficas) ou quantitativos (territorial, demográfico e económico) (Tolentino 2007). Porém, levando em consideração a heterogeneidade dos pequenos Estados, aplicar uma definição precisa e rigorosa poderia criar inúmeras exceções (Hey 2003).

Numa abordagem mais clássica, um pequeno Estado apresenta tipicamente um território exíguo, uma população relativamente pouco numerosa e recursos medíocres (Aron 1970). A questão da dimensão é tomada como o principal critério para definir um pequeno Estado, embora não seja consensual como determinante. Por exemplo, Fox (2006) considera que critérios como a dimensão não são mensuráveis. De facto, o autor procurou centrar a sua análise no aspecto da diplomacia. Assim, acreditamos que, para caracterizar um Estado quanto à sua dimensão, deve levar-se em consideração tanto aspectos quantitativos como qualitativos (Gaspar 2007; Tolentino 2007; Maass 2009). Pois, há que se aplicar uma definição que evite especificações rígidas e excludentes em vez de uma definição global (Vital 1971). A Organização das Nações Unidas, por exemplo, chega a utilizar alguns critérios como uma população inferior a 2,5 milhões de habitantes, a soberania política e a área inferior a 5.000 Km², para caracterizar a dimensão de um Estado (Tolentino, 2007). Desta forma, um Estado pequeno, na perspectiva das Nações Unidas é, de facto, um Estado com identidades extremamente pequenas no que se refere a fatores como áreas geográficas, população, recursos humanos e económicos, sendo a pequenez um critério de comparação e não um critério absoluto (Rapoport, Muteba e Therattil 1971).

Os pequenos Estados, neste caso os insulares, apresentam critérios diferentes segundo as Nações Unidas: população inferior a 1,5 milhão de habitantes, soberania política ou autonomia reconhecida pelas Nações Unidas e área inferior a 5.000 Km² (Tolentino 2007). Aliados a estes critérios estão outros factores como: isolamento, vulnerabilidade a desastres naturais, escassez de recursos naturais, excessiva dependência do comércio internacional, falta de economia de escala e altos custos de infraestruturas de transporte e administração (Tolentino 2007). É nesta categoria que Cabo Verde se enquadra, como objeto do nosso estudo: apresenta falta de recursos, exiguidade territo-

rial, extrema dependência de relações exteriores e de parcerias de cooperação estratégica. Perante esta realidade, Cabo Verde precisa de criar alternativas para fazer face à sua pequenez e insularidade. As alternativas passam necessariamente pelo reforço de integração regional e sub-regional, procurando a médio e longo prazo a estabilidade e a sustentabilidade económica. Isto só será possível dando uma atenção primordial à geopolítica, pelo menos no contexto da África Ocidental, e na perspectiva de uma projeção internacional.

A África Ocidental: a CEDEAO

De acordo com o Departamento dos Assuntos Económicos e Sociais – Divisão de Estatísticas das Nações Unidas – a África Ocidental, onde estão inseridos geograficamente os países da CEDEAO é formada por um grupo de dezesseis países, oito francófonos (Benin, Burkina Faso, Costa do Marfim, Guiné Conarki, Mali, Niger, Senegal e Togo), um árabe (Mauritânia), cinco anglófonos (Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria e Serra Leoa) e dois países lusófonos (Cabo Verde e Guiné-Bissau) (Boahen 2010; Uzoigwe 2010):

Figura 1: Mapa Ilustrativo da África Ocidental



Fonte: <http://www.nationsonline.org/oneworld/map/west-africa-map.htm>

Como ilustra a figura (1) aqui apresentada, esta região do continente africano divide-se em duas sub-regiões: a do Sahel, que se estende da Mau-

ritânia ao Níger, incluindo Cabo Verde, Senegal, Gâmbia; e a costeira, que abrange os países da Guiné-Bissau até à Nigéria. A África Ocidental, palco da colonização europeia, é uma das regiões mais importantes na África Subsaariana, formada por vários países com culturas e características díspares. Nesta região surgiram vários impérios africanos (Gana, Mali e Songai), que tiveram no passado um importante peso no comércio transaariano (Adetula 2004). Após a partilha de África (1884-1885) o território ocidental da mesma serviu ainda como região chave no processo da descolonização africana (Diop 1987; Visentini 2007), produzindo importantes líderes e intelectuais que se opuseram firmemente ao regime colonial (Suret-Canale e Boahen 2010).

O processo de partilha de África, na conhecida Conferência de Berlim que foi organizada pelo então chanceler alemão Otto von Bismark entre 19 de Novembro de 1884 e 26 de Fevereiro de 1885 e que aclamava a corrida das grandes potências europeias à África, representou para o continente, e sobretudo para a África Ocidental uma era de novas configurações geográficas e territoriais (Uzoigwe 2010; Visentini 2011). Tal processo desencadeou conflitos territoriais e identitários e guerras civis na região (Diop 2000; Ki-Zerbo 2010; Visentini 2007) fruto das rivalidades de grandes potências ocidentais (Ribeiro 2007), que disputavam territórios, recursos naturais e, acima de tudo, a mão-de-obra africana. Deste modo, Visentini (2007, 115) considera que:

As rivalidades entre os distintos grupos haviam sido estimuladas pelos colonizadores como forma de dominação, e deixaram uma herança trágica, expressa no problema da minoria e o ‘tribalismo’, além do antagonismo entre assimilados à cultura europeia e não assimilados. Muito das futuras guerras civis resultariam, sobretudo, da distorção de determinadas estruturas africanas tradicionais pelos colonizadores. Ou seja, era o resultado não de um ‘tribalismo tradicional’ mas de sua apropriação pela modernidade europeia.

Não obstante, dada à complexidade deste processo, os países desta região africana criaram varias organizações e instituições regionais com o objetivo de projetar o desenvolvimento socioeconómico que não se afigura fácil. Por exemplo, criaram em 28 de Maio de 1975, através do Tratado de Lagos, a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) que representa um agrupamento regional de Estados, cujo objetivo central é estabelecer uma união aduaneira e um mercado comum. A comunidade, de forma mais abrangente, procura promover o comércio regional, a cooperação e o desenvolvimento, entre países como: Benin, Burquina-Faso, Cabo Verde, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mali, Níger, Nigéria, Senegal, Serra Leoa e Togo.

Em razão da complexidade do continente africano, sobretudo da região da África Ocidental, a criação da CEDEAO foi determinada a partir de duas ideias fundamentais, a saber: [i] Criar, por meio de cooperação dos pequenos Estados da região, uma frente comum para a luta contra a opressão e dominação de forças internacionais; [ii] Estabelecer uma economia robusta e viável com o objetivo primordial de erradicar a pobreza, em virtude da pequena dimensão dos mercados nacionais e do insucesso dos planos de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas para a África durante as décadas de sessenta e setenta (Fernandes 2011). Os objetivos da CEDEAO visam: a promoção, a cooperação e a integração em todos os âmbitos económicos com a finalidade de elevar o nível de vida dos seus habitantes; manter e aumentar a estabilidade económica; reforçar as relações entre os países membros; contribuir de uma forma geral para o desenvolvimento do continente; harmonizar e coordenar as políticas nacionais; criar um mercado comum, cujo desígnio é o da liberalização dos intercâmbios comerciais; estabelecer uma tarifa e uma política comercial comum; eliminar os obstáculos da livre circulação de pessoas, bens e serviços e, por último, mas não menos importante, a criação de uma União Africana (UEMOA 2006; Fernandes 2007; Gomes 2009).

Embora a grande preocupação da CEDEAO seja o fator económico, outros fatores passaram a fazer parte das prioridades da comunidade como a política, a paz e a segurança na região. Como exemplo, temos os encontros dos chefes dos Estados-membros que acabaram por aprovar em 1978 o Protocolo de Não-Agressão e em 1981 o Protocolo de Assistência a Defesa Conjunta (De La Veja 2007). O surgimento da CEDEAO deveu-se à insistência por parte da Nigéria com o objectivo de contornar os conflitos na região, nomeadamente os golpes de Estado no Togo (Janeiro de 1963 e Janeiro de 1967), Congo-Brazaville (Agosto de 1963, Agosto e Setembro de 1968), Daomé (Outubro de 1963, Dezembro de 1965 e Dezembro de 1969), Gabão (Fevereiro de 1964), República Centro Africana (Janeiro de 1965), Alto Volta, actualmente Burkina-Faso (Janeiro de 1965), Argélia (Junho de 1965), Congo-Kinshasa (Novembro de 1965), Gana (Fevereiro de 1966), Nigéria (Janeiro de 1966), Burundi (Novembro de 1966), Togo (Janeiro de 1967), Serra Leoa (Março de 1967 e Abril de 1968), Mali (Novembro de 1968), Sudão (Maio de 1969), Líbia (Setembro de 1969), Somália (Outubro de 1969), Lesoto (Janeiro 1970). Estes golpes de Estado levaram a Nigéria a convencer os seus vizinhos regionais da necessidade e importância da criação de uma entidade regional comum.

A Nigéria, com o apoio de outros países, sobretudo de países como o Togo, Gana e Níger, acolheu a tarefa de fomentar a integração regional e, em 1975 convenceu os países desta região nomeadamente Benin, Burkina-Faso, Costa do Marfim, Gâmbia, Gana, Guiné, Guiné-Bissau, Libéria, Mauritânia,

Níger, Senegal, Serra Leoa e Togo a fazerem parte da CEDEAO, assinando o referido Tratado Constitutivo. Esta particularidade fez com que a Nigéria tenha adquirido notoriedade como potência hegemónica na região e, de forma estratégica, conduziu a sua geopolítica em África. Além deste país, existem outros que tem sido objeto de investigação científica neste espaço geográfico como é o caso de Cabo Verde, devido às suas particularidades geográficas e territoriais e a sua presumível importância nesta região, num contexto onde a segurança, a paz e o desenvolvimento têm sido preocupações constantes dos países africanos, perante os impactos negativos da globalização como o narcotráfico e o terrorismo.

Cabo Verde na CEDEAO: a projeção de um pequeno Estado insular

Cabo Verde é um pequeno Estado insular situado no meio do Oceano Atlântico entre a África, a Europa e as Américas. Composto por aproximadamente 500.000 habitantes residentes, o arquipélago é constituído por dez ilhas e vários ilhéus:

Figura 2: Posição geográfica de Cabo Verde



Fonte: <http://www.nationsonline.org/oneworld/map/cape-verde-map2.htm>

De acordo com a figura (2) aqui apresentada, as dez ilhas de origem vulcânica encontram-se divididas em duas regiões: a do Sotavento constituída pelas ilhas de Maio (269 Km²), Santiago (991 Km²), Fogo (476 Km²) e Brava (64 Km²); e os ilhéus, Santa Maria, Grande, Luís Carneiro e de Cima; e a do

Barlavento constituída pelas ilhas de Santo Antão (779 Km²), São Vicente (227 Km²), Santa Luzia (35 Km², desabitada), São Nicolau (343 Km²), Sal (216 Km²) e Boa Vista (620 Km²); e os ilhéus Boi, Pássaros, Branco e Raso, Rabo de Junco, Curral de Dado, Fragata, Chano e Baluarte (Gomes, 2008). Com uma superfície total de terra emersa de 4033 km², Cabo Verde encontra-se aproximadamente a 500 km da costa ocidental africana ao largo do Senegal, entre os paralelos 17^{ffl} 12' e 14^{ffl} 48' de latitude Norte e os meridianos 22^{ffl} 41' e 25^{ffl} 22' de longitude Oeste de Greenwich (Teixeira e Barbosa 1958).

A independência em 5 de Julho de 1975 simbolizou para o arquipélago de Cabo Verde uma nova era de conquistas internas e externas reconhecidas pelas organizações e instituições internacionais. O recém-criado Estado de Cabo Verde ganha estatuto de membro pleno de direito na comunidade internacional e assumiu diversos compromissos no sentido de promover o desenvolvimento social e económico e garantir acima de tudo a sua integridade territorial. Dos principais organismos internacionais dos quais Cabo Verde é membro destacam-se: a Organização da Nações Unidas (ONU), a União Africana (UA); a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Grupo dos 77 (G-77) e Organização Mundial do Comércio (OMC). Cabo Verde torna-se membro da CEDEAO no dia 16 de Março de 1977, dois anos após a independência. A comunidade é constituída por vários países de diferentes dimensões geográficas e territoriais que procuram neste âmbito o desenvolvimento da região e a sua respectiva projeção internacional. Cabo Verde é o único Estado insular da massa continental da CEDEAO e, por esta razão, tem procurado à luz do artigo 68^{ffl} do Tratado de Abuja, tentar fazer valer os seus interesses para adquirir um estatuto especial entre os países da comunidade. Neste quadro, Cabo Verde busca, desde a sua independência, obter benefícios palpáveis como a assistência e ajuda ao desenvolvimento, fazendo parte de espaços multilaterais.

O caso particular de Cabo Verde contraria a ideia de Tonra (2003) que é a de que existe a tentativa dos pequenos Estados de se aproveitar das suas posições dentro das organizações internacionais para viabilizar a expressão de uma nova identidade internacional. Esta identidade seria marcada, sobretudo, pela ideia de que as potências estariam no mesmo patamar que os pequenos Estados. O arquipélago de Cabo Verde, consciente da sua dimensão geográfica e escassez de recursos naturais, económicos e militares, sobrevive, não se igualando às potências mundiais, mas na perspectiva de ser útil no mundo através de uma geopolítica que, apesar de privilegiar a expansão da plataforma continental (de 200 até 350 milhas náuticas), procura, principalmente, cultivar a unidade nacional internamente com repercussão no cultivo do diálogo e

da paz no plano internacional.

Pela sua posição geoestratégica, Cabo Verde tem sido colocado na rota dos debates e preocupações com a segurança internacional e no combate das redes de narcotráfico e do terrorismo internacional, em particular, com a iminente ameaça do Estado Islâmico. Ademais, o arquipélago pode desempenhar um importante papel na ligação da CEDEAO com o mundo, particularmente com a União Europeia, China, EUA e Brasil. A nosso ver, é exigido a Cabo Verde no âmbito da Parceria Especial com União Europeia assinada em Novembro de 2007, a salvaguarda da sua vocação de servir como ponte entre os continentes obtendo, desse modo, importantes dividendos. Acrescenta-se ainda a importância da posição geoestratégica de Cabo Verde e que interessa sobremaneira a União Europeia, pois, existe a tentativa no âmbito desta relação bilateral de que Cabo Verde esteja mais presente no continente africano através de uma melhor integração regional.

Porém, este processo tem suscitado diversas controvérsias. Uns defendem a *não integração* devido aos problemas que o continente tem vindo a enfrentar, outros defendem que deverá haver uma maior integração nesta região. A CEDEAO “apesar da vontade política dos líderes dos seus Estados Membros, tornou-se uma organização pouco articulada e incapaz – financeira e politicamente – de poder corresponder às solicitações do pormenorizado programa de integração que foi formatando” (Rosa 2007, 8). Costa (2011) considera que o projecto de integração regional na CEDEAO é condenado ao fracasso, pelo fato de a comunidade carecer de um *déficit* de institucionalização.

A adesão de Cabo Verde a “instituições de natureza da CEDEAO fez-se de forma voluntarista, mais por crença mítica africanista do que em resultado de uma avaliação realista, sustentada por dados de viabilidade objetivos” (Reis 2008, 84). Para aqueles que defendem a integração na CEDEAO, o argumento central é o de que Cabo Verde poderá tirar grandes benefícios, uma vez que, entre 2005 e 2007 se fizeram reformas no seio da comunidade, dotando esta organização de uma maior credibilidade e eficácia (Rocha 2010). Fernandes (2008) acredita que no que se refere à livre circulação de pessoas na região, esta permite uma maior consciência global sobre a necessidade de mão-de-obra e, conseqüentemente, sobre o reforço de humanização nas agendas políticas e de maior intervenção nas questões humanitárias e de protecção dos seres humanos. A livre circulação “pode funcionar como ideal de subversão de uma globalização de mão-de-obra única” (Fernandes 2008, 64). Duarte (2004, 119) reconhece ser profícuo para a economia cabo-verdiana a integração regional, alertando que dada à dimensão territorial do arquipélago:

A economia cabo-verdiana terá de se inserir num mercado regional vas-

to, permitindo ao país enfrentar com sucesso os conflitos latentes e permanentes entre a pequenez do mercado nacional e a dimensão ótima de produção e entre estes e a distância económica, potenciar a sua posição geoestratégica de placa giratória de comércio internacional.

O debate sobre a integração regional reacendeu-se em Maio de 2015 com a candidatura da Ministra cabo-verdiana das Finanças e do Planeamento, Cristina Duarte à presidência do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) que, perante o contexto da África Ocidental, conseguiu angariar um fraco apoio, acumulando 10,27% dos votos. Seu concorrente direto, Akinwumi Adesina da Nigéria, Ministro da Agricultura e Desenvolvimento Rural, conseguiu vencer as eleições com mais de 59% dos votos. Um dos fatores alegado para a derrota de Ministra Cristina Duarte está relacionado com as variáveis de natureza *geopolítica* que jogaram a favor do candidato da Nigéria. Esta questão levantou em Cabo Verde uma onda de críticas em relação à integração do arquipélago em África, acreditando que o país não tem sabido aproveitar a sua relação com o continente e que é preciso apostar numa geopolítica que o valorizasse. A geopolítica de Cabo Verde deveria centrar-se, sobretudo na sua posição geoestratégica no Atlântico, com referência na sua defesa e segurança, face às ameaças do narcotráfico e do terrorismo.

O Ministério das Relações Exteriores (MIREX) de Cabo Verde tem procurado, junto dos seus parceiros estratégicos, desenvolver uma intensa atividade em relação à África. Notamos, por exemplo, que Cabo Verde tem poucas representações diplomáticas (embaixadas) em África (Senegal, Etiópia e Angola) em países que poderiam ser estratégicos para o seu desenvolvimento. Ademais, é de se questionar também a falta de representações diplomáticas efetivas na União Africana ou na CEDEAO. Brito (2015), que foi o diretor de campanha de Cristina Duarte, considera que há falta de vontade política e falta ainda compreender a realidade do continente africano, ou seja, faltou uma política de integração de Cabo Verde em África. O autor (que não é a favor da criação de embaixadas) considera que é preciso que haja uma maior ligação entre a diplomacia e o sistema económico cabo-verdiano, seja por meio das Câmaras de Comércio, seja por meio da Cabo Verde Investimentos.

Cremos, corroborando com outras reflexões que se têm feito sobre a matéria, que a geopolítica de Cabo Verde na África Ocidental e, de uma forma mais abrangente no continente, tem sido deveras modesta, na qual se pode verificar uma desconexão entre a prática governamental e a retórica dos dirigentes políticos. Para que haja uma maior abertura ao continente africano, acreditamos que Cabo Verde deve investir numa geopolítica que assenta em seis pilares fundamentais: [i] Na sua posição geoestratégica no Atlântico que tem ajudado na projeção internacional; [ii] Em fazer face às ameaças dos

fenómenos mundiais como o terrorismo e o narcotráfico, na ideia de servir como uma zona tampão para regredir estas tendências, mobilizando recursos internacionais para o desenvolvimento do país; [iii] Em continuar a lutar para o alargamento da plataforma continental, aproveitando o espaço geográfico cedido para dinamizar a economia nacional; [iv] Na aposta em sectores da tecnologia, comunicações e governação electrónica, transformando-se numa plataforma de prestação de serviços e num fornecedor de mão-de-obra especializada na CEDEAO, procurando reforçar a sua integração regional; [v] Em internacionalizar as empresas com forte investimento no sector, ou seja, criando consórcios capazes de concorrer com outras empresas que se encontram instaladas na região e [vi] Na utilização da imagem de boa governação e modelo de democracia em África para mobilizar recursos para o desenvolvimento de Cabo Verde e, ao mesmo tempo, prestando uma espécie de “consultoria” aos países da região.

Estas iniciativas devem ser postas em prática num quadro de concertação entre Cabo Verde e outros Estados, reconhecendo as suas limitações de um pequeno Estado insular com poucos recursos e que prima pela mobilização de ajudas para o desenvolvimento, cultiva a paz e a segurança internacional. Fazer face às potências africanas (com maiores recursos económicos e militares) não seria uma solução viável para a geopolítica de Cabo Verde no continente. Porém, é preciso apostar numa projeção internacional e regional que possa trazer vantagens para o arquipélago no plano de ajuda e cooperação. Acreditamos que a geopolítica de Cabo Verde não deve passar pela conquista material do espaço geográfico no âmbito da CEDEAO. Mas, acima de tudo, pela conquista imaterial, ou seja, Cabo Verde ser reconhecido como um país modelo que pode oferecer vantagens para os países da região.

Notas Finais e Recomendações Geoestratégicas

A geopolítica de Cabo Verde na região da África Ocidental deve estar assente nas suas possibilidades e, sobretudo, na ousadia de criar e produzir dinâmicas de desenvolvimento que contribuam para a sua credibilização na região. Todo o percurso do arquipélago, desde a independência, tem sido acompanhado de desafios para o desenvolvimento, numa perspectiva de conciliar a sua posição geoestratégica no Atlântico e uma imagem modelo no continente africano. O aprofundamento da geopolítica cabo-verdiana na região da África Ocidental passa necessariamente pelo conhecimento aprofundado da realidade desta região, contudo ciente da sua condição de pequeno Estado insular.

O panorama da hierarquia entre os Estados no mundo é complexo e constitui uma tarefa difícil identificar como definir a dimensão dos Estados a partir de algumas características, principalmente aquelas que não são mensuráveis. Porém, pelos elementos identificados e analisados, consideramos Cabo Verde como um pequeno Estado insular que precisa, mediante estas características, criar mecanismos, para fazer face às ameaças de fenómenos que põem em causa a segurança do arquipélago aliando as regiões da sua inserção geográfica. Não é por acaso que Cabo Verde tem vindo a estreitar relações com outras potências como os EUA, a UE, a China e o Brasil. Não obstante, a credibilidade do arquipélago pode residir numa maior integração regional e se beneficiar dos mecanismos da região da sua inserção geográfica, mediante estratégias de uma geopolítica que coloque em realce também o lado da diplomacia e a imagem de um país coeso que prima pelos princípios de paz e da segurança coletiva.

Consideremos que a estratégia da geopolítica de Cabo Verde não passa por isolar-se em um mundo exclusivamente seu, mas, sobretudo, passa pela necessidade de estar inserido numa região que lhe permita estabilidade e proteção perante a vulnerabilidade do seu território. O contexto da segurança do arquipélago precisa de estar aliado às suas referências históricas, geográficas, políticas e económicas que permitam combinar fatores internos e externos. O atual sistema, abalado pelas mudanças, fruto também da própria globalização permite, de alguma forma, o alargamento do campo de ação dos pequenos Estados, principalmente daqueles em que o território parece vulnerável face aos fenómenos contundentes como o narcotráfico e o terrorismo. Este campo de ação assenta na contribuição dos pequenos Estados para a paz e, de fato, é “hoje, como ao longo da história, a sua característica e a sua função mais dominantes” (Almeida 2012, 425).

Podemos seguramente afirmar que é aquilo que tem vindo a acontecer com Cabo Verde que é apoiado pelos grandes blocos regionais no sentido de poder contribuir para se fazer face a estes fenómenos e que de certa forma, tem vindo a ser o veículo para impedir alguns conflitos na África Ocidental. Se assim é, Cabo Verde precisa de aproveitar esta imagem para a sua projeção na região para uma geopolítica que tenha na sua base a paz e a boa governação. Na verdade, a contribuição do arquipélago não deve limitar-se a uma concentração egoísta de esforços para defender os seus interesses nacionais, mas sim “de uma participação ativa na definição de uma ética mundial” (Políbio 2012, 425). Diríamos sim, que, mais do que uma ética mundial, Cabo Verde deve primar acima de tudo por uma ética regional. Este campo necessita de uma reflexão profunda e científica. Seria aqui importante encorajar os demais investigadores a explorarem outras perspectivas e potencialidades no que se

refere à geopolítica cabo-verdiana, evidentemente não excluindo os trabalhos desenvolvidos até então. Porém, alertamos para a fraca produção científica em Cabo Verde, particularmente na área da geopolítica africana. Perante esta realidade, procuramos, nesta investigação, aliar à literatura científica um conjunto de pesquisas efectuadas por investigadores estrangeiros que se debruçam sobre outras realidades.

REFERÊNCIAS

- Adetula, V. A. 2004. “Regional Integration in Africa: Prospect for Closer Cooperation Between West, East and Southern Africa.” Artigo apresentado no encontro da IDASA/FREDSKORPSET Research Exchange Programme-Governance and Democracy, Johannesburg, África do Sul, 2-4 de maio.
- Allouche, B. 1994. *La médiation des petits États: rétrospective et perspective, Études Internationales*. www.erudit.org
- Almeida, P. V. 2012. *Do Poder do Pequeno Estado: Enquadramento Geopolítico da Hierarquia das Potências*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Aron, R. 1970. *Paix et Guerre entre les Nations*. Paris: Calmann-Lévy.
- Baldacchino, G. 2007. *A World of Islands: An Island Studies Reader*. Charlotte-town: Institute of Island Studies.
- Boahen, A. 2010. “A África diante do Desafio Colonial.” In *História Geral da África VII: África sob a Dominação Colonial, 1880-1935*, organizado por A. Boahen. Brasília: UNESCO.
- Bouchard C. 2004. *Les Petits États et Territoires Insulaires*. Saint-Denis: Observatoire du Développement de la Réunion.
- Carlsnaes, W. 2007. “How should we Study the Foreign Policies of Small European States.” *Nação e Defesa* 118: 7-20.
- Castro, J. 1961. *Geopolítica da Fome*. São Paulo: Editora Brasiliense.
- Céliériér, P. 1969. *Géopolitique et Géostratégie*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Commonwealth Secretariat 1997. *A Future for Small States: Overcoming Vulnerability*. London: Commonwealth Secretariat.
- Costa, S. 2011. “A Política Externa Cabo-Verdiana na Encruzilhada Atlântica: Entre a África, a Europa e as Américas.” In *Seminário sobre Ciências Sociais e Desenvolvimento em África*, organizado por Évora, I., e Frias, S. Lisboa: CEsa-ISEG.

- Costa, W. M. 2008. *Geografia Política e Geopolítica da Fome*. São Paulo: EDUSP.
- De La Veja, L. 2007. *Actores Regionales y Subregionales en África Subsahariana: Socios y Líneas de Trabajo Potenciales para la Cooperación Española*. Madrid: Fundación Carolina.
- Diop, C. A. 1987. *L'Afrique Noire Précoloniale*. Paris: Présence Africaine.
- Duarte, J. A. 2004. "As Relações Externas de Cabo Verde na África Ocidental e os Quadros Regionais de Cooperação da União Européia." *Estratégia: Revista de Estudos Internacionais* 20: 117-126.
- Fernandes, G. 2008. "Cabo Verde e CEDEAO: Uma Questão Identitária." In *Os Estados-Nações e o Desafio da Integração Regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, organizado por Iva C., e Cláudio F. Praia: Gráfica da Praia.
- Fernandes, J. O. 2007. *A Integração Económica como Estratégia de Desenvolvimento do Continente Africano: Proposta de fusão entre a Comunidade Económica Dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA)*. Florianópolis: Santa Catarina.
- Fernandes, L. N. 2011. "Economia Política da Integração Regional na África Ocidental: A União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) como Estratégia de Desenvolvimento Regional." Tese de Doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Fox, A. B. 2006. "The Power of Small States: Diplomacy in World War II." In *Small States in International Relations*, editado por Ingebritsen, C. et al. Washington: University of Washington Press.
- Gallois, P. M. 1990. *Géopolitique: Les voies de la Puissance*. Paris: Plon.
- Gaspar, C. 2007. "Portugal, os Pequenos Estados e a União Européia." *Nação e Defesa* 118: 107-145.
- Glassner, M. I. 1993. *Political Geography*. New York: John Wiley & Sons.
- Gomes, B. M. 2008. *Estudo das Potencialidades dos Recursos Hidro-Agrícolas da Bacia Hidrográfica de Paúl*. São Jorge dos Órgãos: Instituto Nacional de Investigação e Desenvolvimento Agrário – Santiago.
- Gomes, J. 2009. *A Inserção de Cabo Verde na CEDEAO: O Comércio e as Migrações*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.
- Henrikson, A. K. 2001. "A Coming 'Magnesian' Age? Small States, the Global System and the International Community." *Geopolitics* 6 (3): 49-86.
- Hey, J. A. 2003. *Small States in World Politics: Explaining Foreign Policy Behavior*. London: Lynne Rienner Publishers.

- Keohane, R. 1969. "Lilliputians Dilemmas: Small States in International Politics." *International Organization* 23 (2): 291-310.
- Ki-Zerbo, J. 2010. *Metodologia e Pré-história da África: História Geral da África I*. Brasília: UNESCO.
- Maass, M. 2009. "The Elusive Definition of the Small State." *International Politics* 46 (1): 65-83.
- Mello, L. I. A. 1999. *Quem tem Medo da Geopolítica?* São Paulo: Hucitec; EDUSP.
- Montezinho, Jorge. 2015. "Relação Cabo Verde/África: 'Falta vontade política e falta compreender a realidade do continente'." *Expresso das Ilhas*, June 15. <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/exclusivo/item/44760-re-lacao-cabo-verde-africa-falta-vontade-politica-e-falta-compreender-a-realidade-do-continente>
- Neumann, I. B., e Gstöhl, S. 2006. "Lilliputians in Gulliver's World." In *Small States in International Relations*, editado por Ingebritsen, C. et al. Washington: University of Washington Press.
- Nogueira, J. M. 2011. *O Método Geopolítico Alargado: Persistências e Contingências em Portugal e no Mundo*. Lisboa: IESM.
- Nunes, I. F. 2007. "Estratégias de Participação Externa dos Pequenos e Médios Estados Europeus." *Nação e Defesa* 118: 21-67.
- Nye, J. 2004. *Soft Power: the Means to Success in World Politics*. New York: Public Affairs Books.
- Ó Tuathail, G., Dalby, S., e Routledge, P. 2006. *The Geopolitics Reader*. London: Routledge.
- Rapoport, J., Muteba, E., e Therattil, J. 1971. *Small States & Territories: Status and Problems*. New York: Arno Press.
- Reis, J. A. 2008. "As Políticas Públicas de Cabo Verde no âmbito da Integração na CEDEAO e da Estratégia Global de Desenvolvimento." In *Os Estados-Nações e o desafio da integração regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, organizado por Iva C., e Cláudio F. Praia: Gráfica da Praia,
- Ribeiro, L. D. 2007. "Da Conquista Européia à Descolonização." In *Breve História da África*, organizado por Visentini, P. F., Ribeiro, L. D., e Pereira, A. D. Porto Alegre: Leitura XXI.
- Rocha, J. L. 2008. "Dimensão Económica da Integração Regional: CEDEAO e o Caso de Cabo Verde." In *Os Estados-Nações e o Desafio da Integração Regional da África do Oeste: Caso de Cabo Verde*, organizado por Iva C., e Cláudio F. Praia: Gráfica da Praia.

- _____. 2010. “Cinco Questões para perceber a Parceria Especial Cabo Verde-União Europeia.” Acesso em setembro de 2011. www.mirex.gov.cv
- Rosa, M. A. 2007. “Cabo Verde e a CEDEAO.” Acesso em Maio de 2007. www.didinho.org
- Santos, M. 1993. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Nobel.
- Shlapentokh, D. 2012. “The Role of Small States in the Post-Cold War Era: The Case of Belarus.” Carlisle, PA, Strategic Studies Institute, U.S. Army War College. www.strategicstudiesinstitute.army.mil
- Suret-Canale, J., e Boahen, A. 2010. “África Ocidental.” In *História Geral da África VIII: África do Século VII ao XI*, organizado por El Fasi, M. Brasília: UNESCO.
- Taglioni, F. 2003. *Recherches sur les Petits Espaces Insulaires et sur leurs Organisation Régionales*. Paris: Université Paris IV.
- Teixeira, A., e Barbosa, L. 1958. *A Agricultura do Arquipélago de Cabo Verde*. Lisboa: Junta de Investigações do Ultramar.
- Tolentino, A. C. 2007. *Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados em Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Tonra, B. 2003. “Constructing the Common Foreign and Security Policy: The Utility of a Cognitive Approach.” *Journal of Common Market Studies* 41(4): 731-756.
- Uzoigwe, G. 2010. “Partilha Européia e a Conquista da África: Apanhado Geral”. In *História Geral da África VII: África sob a Dominação Colonial, 1880-1935*, organizado por Boahen, A. Brasília: UNESCO.
- Visentini, P. F. 2007. “África Independente e a Guerra Fria.” In *Breve História da África*, organizado por Visentini, P. F., Ribeiro, L. D., e Pereira, A. D. Porto Alegre: Leitura XXI.
- _____. 2011. *A África na Política Internacional: O Sistema Interafricano e a sua Inserção Mundial*. Curitiba: Juruá.
- Vital, D. 1971. *The Survival of Small States: Studies in Small/Great Power Conflict*. London: Oxford University Press.
- Weigert, H. W. 1943. *Geopolítica: Generales y Geógrafos*. México: Fondo de Cultura Económica.
- West African Economic and Monetary Union. 2006. *Regional Economic Program (REP) 2006-2010: Summary Report*. (s.l): West African Economic and Monetary Union.

RESUMO

O artigo procura compreender a geopolítica de Cabo Verde no contexto da África Ocidental e a sua projeção enquanto pequeno Estado insular. A perspectiva central é a de que Cabo Verde precisa de (re) aproveitar de forma pragmática a região da costa ocidental africana para a sua projeção regional. Procuramos através do método qualitativo, que envolve uma abordagem interpretativa e de revisão da literatura, abordar os fenômenos internacionais que configuram a geopolítica cabo-verdiana na África Ocidental.

PALAVRAS-CHAVE

Cabo Verde; Geopolítica; Pequeno Estado; Pequeno Estado Insular; África Ocidental.

*Recebido em 13 de outubro de 2015.
Aprovado em 03 de fevereiro de 2016.*